



**Escola de Administração Fazendária**  
Missão: *Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.*



Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

CONCURSO PÚBLICO - 2015

Edital ESAF n. 32, de 29/6/2015

Cargo:

**Analista de Planejamento e Orçamento**

**Conhecimentos Específicos**

**Área II - TI.1 - Gestão e Desenvolvimento de Sistemas**

**Prova 2**

**Instruções**

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *legível*, para posterior exame grafológico:  
*“Não importante quanto a vontade de vencer é a coragem de começar.”*
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min (quatro horas e trinta minutos)**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 10.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A **não** observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**Boa prova!**

## PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

- 01- A classificação funcional da despesa procura responder basicamente à seguinte indagação:
- de que forma os recursos públicos serão aplicados.
  - em que área territorial serão aplicados os recursos.
  - qual a amplitude da ação governamental que será realizada.
  - em que áreas de despesa a ação governamental será realizada.
  - em que instituição ou ministério serão alocados os recursos.
- 02- Sobre o conteúdo, tramitação e prazos relacionados à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é correto afirmar:
- no caso da necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira prevista no art. 9º da Lei Complementar n. 101/2000, a LDO 2015 determina que cada Poder apurará o montante necessário e procederá à limitação necessária.
  - em obediência à disposição constitucional vigente, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
  - o parecer da Comissão Mista Permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal restringir-se-á à adequação dos limites a serem obedecidos pela Lei Orçamentária Anual – LOA.
  - na hipótese de não aprovação e sanção da lei orçamentária anual para o exercício, a LDO autoriza a execução provisória limitando-se as despesas globais a oito doze avos dos montantes constantes do projeto de lei do orçamento.
  - o Congresso Nacional tem a prerrogativa de rejeitar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, caso em que a Constituição Federal determina a aplicação da lei promulgada no exercício anterior.
- 03- A adoção do orçamento participativo como instrumento de complementação da democracia representativa proporciona à sociedade
- gerir, ela própria, os recursos destinados à aplicação em investimentos e serviços que beneficiam a sua região.
  - diminuir a força e o papel do legislativo na definição das prioridades na aplicação dos recursos públicos.
  - submeter o governo à vontade da sociedade na definição das políticas públicas e prioridades na realização de investimentos.
  - transferir do governo para a sociedade a responsabilidade pela gestão dos bens públicos de uso comum.
  - definir prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano com recursos do ente público.
- 04- O Relatório de Gestão Fiscal de que trata a Lei Complementar n. 101/2000 deve conter o comparativo com os limites definidos naquela Lei. Assinale a opção que indica um limite não exigido pela Lei.
- Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
  - Dívida consolidada e mobiliária.
  - Investimentos financiados por operações de crédito.
  - Despesa total com pessoal.
  - Concessão de garantia.
- 05- Assinale a opção incorreta a respeito do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de que trata o art. 52 da Lei Complementar n. 101/2001.
- O prazo máximo para a sua publicação é de 60 dias após o encerramento de cada bimestre e de 30 dias quando se tratar do último bimestre do mandato do dirigente.
  - As despesas executadas devem ser demonstradas no Balanço Orçamento por função e subfunção.
  - Os restos a pagar devem figurar pelos valores inscritos, valores pagos e os saldos a pagar.
  - O demonstrativo da apuração da receita corrente líquida deve evidenciar a sua evolução, bem como a previsão de desempenho até o final do exercício.
  - Quando houver limitação de empenho no exercício, devem ser apresentadas justificativas para tal fato.
- 06- Assinale a opção incorreta a respeito do conteúdo e finalidade do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de que tratam a Lei Complementar n. 101/2000 e a Lei n. 13.080/2014 (LDO 2015).
- Devem ser apresentadas no relatório as justificativas para os desvios observados em relação às projeções realizadas.
  - É de responsabilidade do Ministério do Planejamento manter atualizado na internet demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária.
  - Pode ocorrer o restabelecimento da limitação de empenho a qualquer tempo, devendo o relatório que autoriza tal ação ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional.
  - A necessidade de limitação de empenho identificada fora da avaliação bimestral aplica-se somente ao Poder Executivo.
  - O Relatório deve ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação da Comissão Mista prevista no art. 166 da Constituição Federal.

- 07- A respeito dos conceitos orçamento impositivo *versus* orçamento autorizativo e das práticas observadas na elaboração e execução do orçamento no Brasil em anos recentes, é correto afirmar, exceto:
- existe um rol de despesas que as leis e a Constituição Federal definem como obrigatórias.
  - restos a pagar não processados podem ser prorrogados para além do exercício subsequente ao exercício de sua inscrição.
  - a Emenda Constitucional 86/2015 tornou obrigatória a execução de todo o orçamento aprovado no âmbito do Poder Executivo.
  - as transferências constitucionais não podem ser objeto de limitação de empenhos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - a emissão da nota de empenho por unidade gestora não garante a realização da despesa, uma vez que pode ser anulado.
- 08- A principal característica que diferencia receitas correntes de receitas de capital é:
- as receitas correntes destinam-se ao financiamento das despesas correntes enquanto as receitas de capital financiam as despesas de capital.
  - as receitas correntes decorrem do poder de tributação do Estado enquanto as receitas de capital decorrem das atividades operacionais.
  - ambas, quando presentes no orçamento da entidade, demonstram a capacidade da instituição em arrecadar tributos e realizar a prestação de serviços não financeiros.
  - em ambas as receitas o aumento da disponibilidade financeira do ente arrecadador está condicionado à destinação que se dará aos recursos.
  - ambas têm o poder de aumentar a disponibilidade financeira do Estado, porém, as receitas de capital, na sua maioria, não provocam efeitos sobre o patrimônio líquido.
- 09- Sobre os limites em relação à receita corrente líquida para os gastos com pessoal no âmbito federal estabelecidos pela Lei Complementar n. 101/2000, é correto afirmar, exceto:
- 3% (três por cento) para o Poder Legislativo incluindo o Tribunal de Contas da União.
  - 3% (três por cento) para custeio de despesas do Distrito Federal e dos ex-territórios.
  - 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público Federal.
  - 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário.
  - 37,9% (trinta e sete inteiros e nove décimos por cento) para o Poder Executivo.
- 10- Em relação às atribuições e funcionamento dos órgãos central e setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, é correto afirmar:
- o órgão central do sistema, nesta condição, subordina os setoriais dos demais Poderes em razão da necessidade de coordenação definida pela Constituição Federal.
  - os órgãos setoriais e específicos estão sujeitos à orientação normativa do órgão central do sistema sem prejuízo da subordinação ao órgão a qual pertencem.
  - os órgãos integrantes da Presidência da República, em razão da sua importância estratégica, possuem cada um o seu próprio órgão setorial.
  - os órgãos setoriais são as unidades de planejamento, orçamento e finanças dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.
  - os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento têm competência exclusiva para realizar a avaliação dos planos e programas no âmbito da Administração Pública Federal.
- 11- Assinale a opção incorreta a respeito da gestão e uso da receita e da realização da despesa orçamentária da União.
- A reabertura dos créditos especiais abertos no exercício anterior está condicionada à existência de saldos ainda não aplicados e a data de abertura dos mesmos.
  - A descentralização de créditos constitui-se no poder que uma unidade orçamentária ou administrativa dá a outra para utilizar os créditos que estão sob a sua supervisão.
  - O pré-empenho, embora provoque o bloqueio do crédito orçamentário, não tem os mesmos efeitos jurídicos do empenho da despesa.
  - Os limites para a movimentação e empenho dos créditos consignados no orçamento do Poder Executivo são definidos no Decreto de Programação Financeira.
  - O Empenho na modalidade global destina-se à realização de despesa cujo montante é previamente conhecido e o pagamento é realizado de uma só vez.
- 12- Assinale a opção que indica uma finalidade que não pertence ao Sistema de Planejamento e Orçamento Federal.
- Gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.
  - Formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
  - Formular o planejamento estratégico nacional.
  - Supervisionar a execução, pelos demais entes da federação, de planos nacionais em que a participação desses entes seja determinada por lei.
  - Promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas.

- 13- Sobre a gestão das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, de que trata o art. 164, § 3º da Constituição Federal (Conta Única), é correto afirmar, exceto:
- a) a movimentação de recursos da Conta Única é efetuada mediante documentos, tais como Ordem Bancária – OB, Guia de Recolhimento da União – GRU, GPS – Eletrônica, Nota de Sistema – NS ou Nota de Lançamento – NL, de acordo com as respectivas finalidades.
  - b) a Conta Única do Tesouro tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da União a serem movimentadas pelas Unidades Gestoras da Administração Federal.
  - c) as Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta estão autorizadas a fazer aplicações financeiras via a Conta Única desde que as receitas obtidas sejam utilizadas na execução das políticas públicas a seu cargo.
  - d) as Ordens Bancárias para movimentação da Conta Única não necessitam ser impressas, exceção feita às modalidades Ordem Bancária de Pagamento – OBP, Ordem Bancária de Câmbio - OBK, Ordem Bancária Judicial – OBJ e Ordem Bancária para pagamentos da STN – OBSTN.
  - e) a operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional será efetuada por intermédio do Banco do Brasil, ou, excepcionalmente, por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda.
- 14- A respeito da integração entre a origem e a destinação dos recursos arrecadados pelo Estado no processo orçamentário federal, é correto afirmar:
- a) a natureza de receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador enquanto a fonte/destinação de recursos possui a finalidade de identificar o destino da sua aplicação.
  - b) a fonte/destinação indica a origem dos recursos segundo seu agente financiador enquanto a natureza da despesa orçamentária possui finalidade precípua de indicar a classificação econômica do gasto.
  - c) a natureza da receita orçamentária busca identificar a origem dos recursos segundo o fato de natureza tributária enquanto a fonte/destinação indica a instituição responsável pela aplicação.
  - d) a natureza de receita orçamentária vincula os recursos ao fato gerador enquanto a função, o programa de governo e a fonte/destinação indicam as áreas em que devem ser aplicados.
  - e) a fonte/destinação vincula os recursos às áreas de atuação do Estado enquanto a natureza da receita orçamentária vincula os fatos geradores ao setor produtivo do qual provêm os recursos.
- 15- A realização de despesa por intermédio de Suprimento de Fundos de que trata o art. 68 da Lei n. 4.320/64 tem as seguintes características, exceto:
- a) os recursos devem ser movimentados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal e excepcionalmente por meio de conta bancária.
  - b) quando a aplicação do suprimento de fundos se der por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, é expressamente proibida a realização de saques em espécie.
  - c) a omissão da prestação de contas pelo agente suprido, após decorrido o prazo estabelecido em notificação, poderá ensejar o desconto da importância devida em folha de pagamento.
  - d) mesmo sendo de pequeno vulto, as compras que apresentam caráter repetitivo realizadas mediante suprimento de fundos caracterizam-se como fracionamento de despesa.
  - e) despesas de caráter sigiloso podem ser realizadas mediante suprimento de fundos, desde que haja regramento para esse fim.
- 16- Assinale a opção que indica uma exceção aos valores que alicerçam a visão de futuro do Brasil exposta na Mensagem Presidencial do Plano Plurianual 2012-2015.
- a) Excelência na Gestão.
  - b) Soberania.
  - c) Democracia.
  - d) Diversidade Cultural e Identidade Nacional.
  - e) Integração Regional.
- 17 – Assinale a opção cujo teor não constitui uma das razões pelas quais a reforma tributária poderá contribuir, de forma relevante, para acelerar o crescimento do País
- a) Aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional, introduzindo mecanismos mais eficientes de desenvolvimento das regiões mais pobres.
  - b) Eliminação das distorções da estrutura tributária, diminuindo o custo dos investimentos e das exportações.
  - c) Simplificação e desburocratização do sistema tributário, reduzindo significativamente o número de tributos e o custo de cumprimento das obrigações tributárias acessórias pelas empresas.
  - d) Redução da carga tributária e a consequente diminuição dos gastos públicos na União e redução das transferências constitucionais aos Estados e aos Municípios.
  - e) Aumento da formalidade e a consequente distribuição mais equitativamente da carga tributária, levando os que hoje pagam impostos a pagar menos, e aqueles que não cumprem suas obrigações tributárias a contribuir.

18- No contexto de desenvolvimento e funcionamento da infraestrutura de transportes no Brasil, observa-se grande competência conferida à União Federal pela legislação na área de transporte hidroviário. Assinale a opção cujo item não faz parte do subsistema aquaviário federal.

- a) Eclusas e outros dispositivos de transporte de nível.
- b) Portos marítimos e fluviais.
- c) Interligação de bacias hidrográficas.
- d) Instalações lacustres abrangendo mais de uma unidade da federação.
- e) Vias navegáveis.

19- No estudo do histórico do planejamento governamental no Brasil, pode-se observar as muitas tentativas de desenvolvimento de um sistema mediante o estabelecimento dos seguintes planos, exceto:

- a) PNDSS – Planos Nacionais de Desenvolvimento em número de quatro, executados de forma exitosa e que lançaram as bases para o planejamento atual.
- b) Salte – Saúde, alimentação, transporte e energia, que se constituiu no primeiro plano instituído sob um regime democrático no início da década de 50.
- c) Plano de Obras e Equipamentos – introduziu no Brasil a utilização do planejamento indicativo em que se diferencia onde o governo vai atuar e indica para o setor privado.
- d) Programa de Metas – iniciou o planejamento indicativo estabelecendo 30 metas em quatro grandes setores, a saber: energia, agricultura e alimentação, transporte e indústria de base.
- e) Plano Especial – marco inicial do planejamento no Brasil ocorrido resultante da nova concepção de Estado criada no Brasil na década de 30.

20- No contexto de desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, em especial na área da educação, foi criado o Programa Universidade Para Todos – Prouni. Sobre esse programa, é correto afirmar, exceto:

- a) embora com limitações, ele cumpre uma tarefa equalizadora e reparadora das desigualdades de acesso à educação superior no Brasil.
- b) um dos fundamentos para sua instituição está diretamente relacionado com a baixa taxa de frequência dos jovens de até 24 anos na educação superior.
- c) a bolsa permanência é um benefício adicional destinado aos estudantes integrantes do programa e que sejam oriundos de famílias com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos.
- d) para cumprir um papel inclusivo, é dirigido a estudantes oriundos do ensino médio cursado na rede pública ou que tenham sido recebedores de bolsa integral na rede particular de ensino.
- e) constitui-se em uma intervenção de política social de caráter estruturante e favorece a redução das desigualdades sociais.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## ECONOMIA

21- Considerando o denominado modelo keynesiano simplificado, é incorreto afirmar que:

- a) no equilíbrio, a demanda agregada efetiva é igual à demanda agregada planejada.
- b) independente do nível dos investimentos e outros componentes da demanda, o equilíbrio estará sempre abaixo do pleno emprego.
- c) no modelo, a dinâmica dos estoques explica, entre outros fatores, a estabilidade do equilíbrio.
- d) quanto maior a propensão marginal a consumir, maior o multiplicador da renda.
- e) um aumento de 100 unidades monetárias nos investimentos autônomos provoca uma variação maior do que 100 unidades monetárias na renda.

22- Considerando os conceitos básicos em macroeconomia, é correto afirmar que:

- a) a dívida pública não pode ser maior do que o déficit público nominal.
- b) independente da renda enviada ou recebida do exterior, a dívida pública total do governo pode ser maior do que o Produto Nacional Bruto.
- c) a poupança externa nunca pode ser negativa.
- d) um aumento no valor nominal do PIB implica necessariamente em um aumento na renda real da economia.
- e) O PIB nominal não é influenciado pela inflação já que se trata de uma medida de desempenho real da economia.

23- Comparando o Plano Real com o Plano Cruzado, é correto afirmar que:

- a) ambos os planos se beneficiaram do grande fluxo financeiro internacional de curto prazo decorrente da desregulamentação financeira que começa no início dos anos 80.
- b) durante a vigência dos planos, ambos os governos decretaram moratória das dívidas externa e interna.
- c) em ambos os planos, foi adotado a denominada "âncora cambial".
- d) ambos os planos reconheciam a existência de um componente inercial na inflação brasileira.
- e) em ambos os planos, houve a implantação de inúmeras medidas para conter o aumento dos salários na economia.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

24- Os seguintes dados foram extraídos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, em unidades monetárias:

Rendimento misto bruto: 260.424  
Excedente operacional bruto: 1.075.844  
Remuneração dos empregados: 1.414.217  
Impostos sobre a produção e a importação: 495.944  
Subsídios à produção: 5.807  
Rendas de propriedade enviadas ao resto do mundo: 83.459  
Rendas de propriedade recebidas do resto do mundo: 18.165  
Com base nestes dados, a Renda Nacional Bruta será de:

- a) 2.312.112
- b) 2.477.406
- c) 3.175.328
- d) 3.533.209
- e) 3.357.823

25- Considere:

A = Produto Interno Bruto  
B = Remuneração dos empregados  
C = Impostos sobre a produção e a importação  
D = Subsídios à produção  
E = Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto

É correto, então, afirmar que:

- a)  $A = B + C - E$
- b)  $A = B + C - D$
- c)  $A = B - E$
- d)  $A - B + C - D = 0$
- e)  $A = B + C - D + E$

26- Em relação ao Plano Real, é correto afirmar que

- a) nos primeiros quatro anos do Plano, a taxa de juros foi mantida baixa e próxima à média do mercado financeiro internacional. O objetivo dessa estratégia foi manter o real desvalorizado no sentido de estimular as exportações brasileiras.
- b) já em 1994, logo após o anúncio do Plano, foi implantado o sistema de metas de inflação, tendo a política monetária como principal instrumento para o controle dos preços.
- c) o Plano se beneficiou de uma conjuntura internacional favorável: durante a década de 90, não houve nenhuma crise cambial ou bancária em países emergentes.
- d) o único preço congelado durante os quatro primeiros anos do Plano Real foi a taxa de câmbio.
- e) apesar de considerar a indexação como fator importante no processo inflacionário crônico brasileiro, o Plano não se utilizou de congelamento geral de preços e salários para reduzir a inflação no país.

27- Suponha  $E_p = (\Delta q^d / \Delta p) \cdot (p / q^d)$  a elasticidade preço da demanda e  $E_y = (\Delta q^d / \Delta y) \cdot (y / q^d)$  a elasticidade renda da demanda, em que  $\Delta q^d$  = variação da quantidade demandada;  $\Delta p$  = variação no preço do bem;  $p$  = preço do bem;  $q^d$  = quantidade demandada do bem;  $\Delta y$  = variação na renda; e  $y$  = renda do consumidor. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a)  $E_y$  pode ser negativa.
- b)  $E_p$  pode ser positiva.
- c)  $E_y$  não pode ser maior do que 1.
- d)  $E_p$  não pode ser menor que zero.
- e)  $E_p + E_y = q/y$ .

28- Em relação ao monopólio, é correto afirmar que:

- a) no longo prazo, uma empresa monopolista passa a fazer parte de um modelo de concorrência monopolística.
- b) o preço do monopolista independe da elasticidade preço da demanda.
- c) um monopolista maximiza o seu lucro produzindo uma quantidade em que o custo marginal é igual à receita marginal.
- d) um monopolista maximizará lucro produzindo aquele produto em que o preço é igual ao custo marginal.
- e) para o monopolista, a curva de demanda é sempre infinitamente elástica em relação ao preço.

29- Pode ser considerada como consequência da existência de problemas de informação assimétrica nos mercados:

- a) a não existência de bens públicos.
- b) o “problema do carona”.
- c) a necessidade de patentes.
- d) a ocorrência de externalidades positivas.
- e) a existência de custos de transação nos contratos.

30- A década de 90 foi um período marcado pelo fim da inflação crônica e pelas reformas de mercado. Particularmente após 1994, foi adotada uma série de medidas para manter a estabilidade macroeconômica. Entre essas medidas, pode-se destacar:

- a) a utilização da taxa de juros como instrumento de controle da taxa de câmbio.
- b) a manutenção de taxas de juros reais negativas, particularmente entre 1994 e 1998, tendo como objetivo reduzir o custo financeiro das empresas.
- c) a manutenção de um regime de câmbio flutuante durante toda a vigência do Plano Real.
- d) o estabelecimento de controles de capitais internacionais tendo como objetivo reduzir a entrada de dólares no país.
- e) a implementação de um forte ajuste fiscal que permitiu a queda na dívida pública e a obtenção de superávits primários durante toda a segunda metade da década de 90.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## POLÍTICAS PÚBLICAS E REALIDADE BRASILEIRA

31- Classes e Mobilidade Social são conceitos fundamentais para a análise sociológica. Acerca de Conceitos de Classes e Mobilidade Social, pode-se afirmar que:

- a) para Durkheim, os grupos sociais obtêm *status*, prestígio ou honraria a partir do critério de posições funcional e sócio-profissional, valorizadas e integradas na sociedade. Nesse sentido, os indivíduos estão vinculados por meio da complementaridade das posições que ocupam na divisão do trabalho.
- b) para Weber, as classes, os estamentos e os grupos de *status* alcançam renda de forma equivalente. O prestígio e o poder oriundos a partir das qualificações, habilidades, méritos e interesses de seus membros são secundários para a definição de classes. A racionalização e a burocratização, a educação de massa e a socialização do conhecimento são os princípios de estruturação de qualquer ordem social. Weber (1999) estabelece ainda que os de grupos de *status* surgem para substituir o conceito de classe social, definindo a ação dos indivíduos como a busca para satisfazer seus interesses. A ordem político-social e a ordem econômica estão integradas em Weber.
- c) para Karl Marx, a classe social pode ser definida em relação à propriedade dos instrumentos de produção, gerando as relações sociais de produção. Nestas, os homens contraem determinadas relações sociais de trabalho necessárias segundo a sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. No entanto, a consciência do homem determina o seu ser e o seu ser social é determinado pela sua consciência sobre sua posição na estrutura produtiva.
- d) o conceito de mobilidade social se refere ao deslocamento de indivíduos ou grupos de indivíduos de um estrato para outro da hierarquia social. A mobilidade social existe em todas as sociedades, seja aquelas tidas como "abertas", isto é, aquelas em que há grande abertura e flexibilidade na movimentação de pessoas entre as diversas localizações na hierarquia quanto nas ditas "fechadas", ou estratificadas, variando apenas o grau de educação, renda e status social de cada indivíduo, adquiridos ao longo de sua evolução pessoal.
- e) a proposta do paradigma funcionalista de cunho meritocrática prediz cada vez menos desigualdade no processo de alocação de *status*, na medida em que as sociedades se desenvolvem, apesar de haver uma extraracionalidade no seu processo de distribuição. O processo de mobilidade social é, portanto, baseado em características atribuídas, e não em características adquiridas pelo indivíduo.

32- Assinale a opção correta.

Historicamente, o Brasil apresenta taxas persistentes de desigualdade social. O debate acerca das causas e as consequências da desigualdade brasileira sugere que

- a) uma forma de se medir a desigualdade é por meio do índice de Gini. Ele é uma medida que vai de 0 a 1 em que 0 significa que todos têm os mesmos rendimentos (uma igualdade completa) e 1 refere-se à apenas uma pessoa adquirindo toda a renda (uma desigualdade completa). Isso quer dizer que a sociedade que apresenta um índice de Gini mais próximo de zero tem menos desigualdade do que outra que apresenta um valor mais próximo de um. No caso do Brasil, que possui um alto índice de Gini (média de 0,70), este índice se deve às políticas neoliberais que predominam historicamente no Brasil e pela alta inflação.
- b) o crescimento econômico se apresentou como um forte instrumento de combate a concentração de renda, como ficou claro nos anos sessenta e durante o denominado 'milagre' brasileiro, quando a distribuição de renda melhorou substancialmente. Com efeito, através do cálculo do Índice de Theil, com base nos dados dos censos de 1960 e 1970, Fishlow (1972) constatou que houve de fato uma redução da desigualdade pessoal da renda brasileira, durante o período do governo de Castello Branco (1964-1967).
- c) Langoni propõe que o aumento da desigualdade de renda no Brasil nos anos sessenta pode estar associado à rápida expansão da economia, de tal forma que o desenvolvimento econômico do Brasil teria levado à maior concentração de renda através da complementaridade dos seguintes mecanismos: "Efeito Kuznets", e a corrida tecnológica *versus* a defasagem na qualificação da força de trabalho. Embora estes mecanismos fossem distintos, eles tinham o mesmo gatilho: o processo de crescimento econômico acelerado disparado pelo processo estrutural de industrialização.
- d) Bacha foca atenção na distribuição social da renda e na distribuição corporativa da renda. Ele indica que o aumento da escala das firmas (impulsionado pelo processo de desenvolvimento industrial) demandou sistemas gerenciais mais amplos e complexos, o que fez elevar relativamente o peso dos trabalhadores manuais na economia como um todo, gerando melhor distribuição de renda.
- e) a literatura da desigualdade social brasileira destaca que o salário mínimo, a inflação, a flutuação de demanda, a educação e o desemprego não têm um impacto significativo entre as principais variáveis responsáveis pelas flutuações na desigualdade pessoal da renda no Brasil.

33- O desenvolvimento urbano brasileiro, com o crescimento exponencial das cidades, a demanda por expansão da infraestrutura urbana e a intensa pressão sobre os serviços públicos têm colocado vários desafios aos gestores federais, estaduais e municipais. Dessa forma, a decisão relativa aos investimentos em infraestrutura que um país necessita envolve, entre outros elementos, a avaliação da viabilidade dessas inversões e dos custos de oportunidade. Na avaliação da viabilidade dessas inversões, todas as variáveis abaixo são verdadeiras, exceto:

- a) não há recursos suficientes para dotar todo o território, simultaneamente, de todas as infraestruturas possíveis.
- b) pode não haver recursos suficientes para manter essas infraestruturas funcionando regularmente e de forma adequada – ademais, não é todo tipo de infraestrutura que deve estar presente de forma homogênea em todo o território.
- c) os efeitos multiplicadores gerados e os benefícios trazidos pela dotação dessas infraestruturas irão variar espacialmente.
- d) O caráter emergencial de algumas obras pode colocar uma nova perspectiva de análise, na qual o Estado precisa atender simultaneamente a todas as demandas recebidas, uma vez que não é possível recorrer ao setor privado e parcerias público-privadas são baseadas em prioridades e seguem critérios não-econômicos tanto para o concedente (o Estado) como para o concessionário (setor privado).
- e) A primazia dos investimentos em determinadas porções do território pode reforçar a concentração espacial dessas infraestruturas e as desigualdades territoriais, ainda que numa perspectiva temporal de curto prazo.

34- A Reforma Agrária é um tema discutido no Brasil desde a época da colonização portuguesa. A discussão se faz presente até os dias de hoje e é consequência da estrutura fundiária em nosso país. Uma das grandes inovações da Constituição de 1988, ao regular a questão de terras, foi a de tornar a Reforma Agrária um dever fundamental do Estado. A desapropriação para fins de Reforma Agrária tem, como condição *condicio iuris*, o descumprimento, pelo proprietário, do dever fundamental de dar ao solo agrícola uma destinação produtiva. A Constituição de 1988 precisou que a função social da propriedade agrária é cumprida quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, a quatro requisitos.

São requisitos para a Reforma Agrária todos os citados abaixo, exceto:

- a) não exploração da propriedade rural para fins agrícolas.
- b) aproveitamento racional e adequado.
- c) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- d) observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- e) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

35- O desenvolvimento da infraestrutura é uma condição necessária e incontornável para o próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil. São fatores críticos para o crescimento sustentado do país os citados abaixo, exceto:

- a) a intensificação e aceleração dos investimentos nesse setor fundamental dependem de montantes vultosos de recursos financeiros.
- b) é necessária a viabilidade macroeconômica de um novo modelo com taxas mais baixas de juros e com câmbio competitivo que possa canalizá-los para os setores diretamente produtivos.
- c) o investimento em infraestrutura entra em concorrência com as alocações de capital em ativos financeiros, por natureza mais líquidos e com menores riscos.
- d) o mercado financeiro brasileiro é capaz de proporcionar aos detentores de capital ganhos muito elevados com ativos improdutivo, que superam várias vezes as expectativas de lucro com investimentos em infraestrutura.
- e) o Estado deve deixar ao setor privado, ou seja, ao mercado, se autoregular, parando de realizar as licitações públicas e de solicitar Estudos de Impacto Ambiental e buscando soluções puramente de mercado.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

36- O sistema político brasileiro tem dado mostras de ter alcançado o seu limite e as discussões por uma Reforma Política tomaram conta do Congresso Nacional em 2015 no contexto pós-eleições de 2014. A questão da fragmentação partidária, das doações de campanha para os candidatos e Partidos (o financiamento das campanhas) e requisitos de acesso ao Fundo Partidário foram fortemente debatidos.

Todos os itens abaixo foram aprovados na Câmara dos Deputados, com parte da Reforma Eleitoral ou Política, exceto:

- a) punição a partidos que deixam de prestar contas de campanha ou que tenham as contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral.
- b) limites a doações de empresas, fixando o teto de R\$ 20 milhões como gasto máximo para o financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas e impedimento de uma companhia de doar mais que 0,5% do faturamento bruto a um único partido.
- c) redução do tempo de duração da campanha eleitoral de 90 para 45 dias e das campanhas políticas no rádio e TV de 45 para 35 dias.
- d) proibição de reeleição para cargos eletivos do Poder Executivo (presidente, governador e prefeitos).
- e) aumento geral dos mandatos de 04 (quatro) para 05 (cinco) anos para todos os cargos eletivos — presidente, governador, prefeito, senador, deputado federal, deputado estadual e vereador.

37- A globalização é um dos processos de aprofundamento das interações internacionais nas áreas econômica, social, cultural, política.

Entre os seus impactos para as sociedades, podemos citar todos os abaixo, exceto:

- a) aumento no fluxo (contatos via Internet) e na velocidade da troca de mensagens, ideias e informações sem precedentes na história da humanidade.
- b) aumento da universalização do acesso a meios de comunicação, graças ao barateamento dos aparelhos celulares e os de infraestrutura para as operadoras, com aumento da cobertura e incremento geral da qualidade graças à inovação tecnológica.
- c) criação de um mercado global, regido pela Organização Mundial de Comércio (OMC), sem barreiras tarifárias (BTs) ou barreiras não-tarifárias (BNTs).
- d) aumento da criação da modalidade de fornecimento externo da produção *outsourcing* para países com mão de obra mais baratas para execução de serviços em que não é necessária alta qualificação, com a produção distribuída entre vários países, seja para criação de um único produto, em que cada empresa cria uma parte, seja para criação do mesmo produto em vários países para redução de custos e ganhar vantagens competitivas no acesso de mercados regionais.
- e) a capacidade de uma pessoa em processar um grande volume de informações se torna cada vez mais importante na área produtiva, ou seja, a capacidade cognitiva tende a superar a experiência em posições anteriores em razão do aumento da automação e da robotização.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

38- As distintas concepções de justiça influenciam as políticas sociais e mesmo na democratização das oportunidades. Acerca das diversas concepções de justiça e da igualdade, pode-se fazer todas as afirmações abaixo, exceto:

- a) para alguns autores, a igualdade pode existir como justiça processual, ou seja, todos os acusados têm direito de receber um julgamento justo, todos os cidadãos em uma democracia têm direito ao voto, todos os estudantes têm direito a uma avaliação adequada.
- b) a justiça é um fim social.
- c) alguns autores fazem a distinção do conceito de justiça: justiça distributiva, considerada como aquela que trata da distribuição de bens materiais ou honrarias entre os que participam do sistema político, e justiça reparadora, aquela que trata de situações nas quais aquele que se sente ofendido pede a consequente reparação. A justiça reparadora, por sua vez, pode ser, ainda, subdividida em justiça compensativa e corretiva, sendo que as primeiras referem-se a negócios privados e voluntários e têm como escopo reabilitar o equilíbrio abalado mediante compensação para com a parte ofendida.
- d) o princípio da justiça compensativa ou compensatória fundamenta a política de cotas, porque busca compensar aqueles sujeitos que foram historicamente excluídos (como os pobres, os negros, as mulheres, os homossexuais, etc.) das oportunidades de educação e emprego, assegurando-lhes direitos antes negados.
- e) em termos descritivos, existem a justiça formal e a justiça substancial. Para a justiça formal, as ações legítimas são ações justas no sentido restrito. Ou seja, uma ação é justa quando é permitida pelas leis, e injusta quando desobedece às leis. Assim, não é correto, para um juiz, tratar casos iguais de forma igual e casos diferentes de formas diferentes.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

39- O Pensamento Clássico da Sociologia passa pela Ordem Social, pelo Materialismo Dialético e pela conhecida obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

Acerca do trabalho Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, de Max Weber, assinale a opção correta.

- a) Desde o início, o trabalho de pesquisa de Max Weber, Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, foi idealizado como um livro inteiro para debater o papel do protestantismo na ascensão do capitalismo no norte da Europa, tema este que foi o foco integral dos seus estudos.
- b) Na primeira parte do livro, Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Weber busca as raízes religiosas dessa forma de ação e à análise do "Conceito de vocação em Lutero". Analisando a tradução que Lutero fez da Bíblia e do termo "profissão" ou "vocação" (em alemão *Beruf*) ele diz estar aí presente uma ideia nova: a de uma missão dada por Deus. Weber rejeita a perspectiva de Lutero na origem do espírito do capitalismo ao se recusar a levar a ascese dos monges para a prática cotidiana. Dessa forma, Weber afirma que Lutero separa valores religiosos e trabalho.
- c) As consequências econômico-sociais de todo esse processo são analisadas no último capítulo chamado de "Ascese e capitalismo". Neste capítulo Weber demonstra como essas crenças religiosas modificaram a visão religiosa que se tinha da riqueza, dando ênfase à visão crítica da riqueza no catolicismo. A riqueza passa a ser um fim em si mesma, uma consequência para os eleitos, da escolha feita por Deus. Não apenas a riqueza passa a ser vista de forma positiva, mas igualmente seu desfrute, como a dedicação ao esporte, às artes e outras atividades alternativas ao trabalho para usufruir da seleção por Deus. O consumo legítimo de bens materiais "consumismo" passa a ser uma consequência direta dessa perspectiva.
- d) Na segunda parte do livro "Os fundamentos religiosos da ascese intramundana", Weber analisa os principais ramos do protestantismo posteriores a Lutero, o que Weber denominou de "protestantismo ascético" ou "puritanismo". De um lado estão as seitas que aceitam a tese da predestinação (segundo a doutrina de João Calvino. Nessa perspectiva, Deus escolhe quem será salvo, independente dos méritos e conhecimentos dos indivíduos), como é o caso do calvinismo, do pietismo e do metodismo. Um segundo portador importante do puritanismo são os grupos anabatistas que apregoam a necessidade de separar puros e impuros e, por isso, rebatizar todos os cristãos adultos. Em ambos os casos o indivíduo tinha que provar sua qualificação religiosa com base no trabalho árduo, sério, honesto e disciplinado.
- e) Max Weber, com sua obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, do ponto de vista histórico, pode ser considerado como o primeiro a sugerir uma ligação entre ideias protestantes e práticas econômicas.

40- Alguns autores consagrados procuram explicar a realidade brasileira pela denominada Sociologia da herança patriarcal-patrimonial. Assinale a afirmativa incorreta acerca dessa linha de pesquisa e perspectiva teórica.

- a) Freyre, Holanda, Faoro e Matta têm em comum o fato de atribuírem aos efeitos da herança patrimonial-patriarcal sobre o Brasil contemporâneo a razão das distorções de nossa sociabilidade moderna. Freyre (1990, 1996, 2000) e Holanda (1994) claramente convergem em direção à ideia de que certos códigos de sociabilidade típicos da família patriarcal e do *pater familias* teriam permanecido ativos na dinâmica social do Brasil contemporâneo para além do período colonial.
- b) Para Freyre, a extensão e a profundidade da disseminação do tipo patriarcal de sociabilidade seriam uma consequência do fato de que o latifúndio patriarcal, baseado no trabalho escravo e orientado à produção e à exportação de matérias-primas, veio a se tornar algo mais que uma simples unidade econômica: consolidou-se por muito tempo como *locus* político-administrativo, militar e jurídico, além de centro organizador da vida sexual, cultural e até mesmo religiosa. Naquelas circunstâncias, diferenciação social e impessoalidade teriam encontrado tremenda dificuldade para florescer.
- c) Sérgio B. de Holanda atribui à nossa herança lusitana, marcada por aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência, a importância remanescente do patriarcalismo no tecido social do Brasil contemporâneo. O perfil da empresa colonizadora de portugueses, ancorada na ética da aventura em detrimento da ética do trabalho, revelaria a incompatibilidade de nosso passado ibérico com a racionalização característica de terras protestantes. Com isso, estabilidade e segurança – atributos de uma ordem racionalizada – teriam sido postos em segundo plano em favor do desejo pela recompensa imediata.
- d) Roberto da Matta defende a existência de um sistema dual pretensamente estruturando e orientando o Brasil contemporâneo: um código pessoal em coexistência com um sistema legal individualizante enraizado na ideologia burguesa liberal. Tal sistema dual expressar-se-ia na posição que "casa" e "rua" ocupariam na gramática social brasileira: a "casa", domínio privado por excelência, seria o território da intimidade, do familiar, das relações pessoais, do parentesco, da afeição e do descanso; a "rua" (mercado, Estado, tráfego, entre outros), domínio público por excelência, seria um ambiente vivido e percebido como "a dura realidade", esfera do trabalho, da luta, da disputa pela sobrevivência e, com bastante frequência, da punição.
- e) Faoro (2001) toma caminho particular no interior dessa perspectiva interpretativa: em vez do "patriarcalismo", nossa peculiaridade moderna teria suas raízes no Estado patrimonial que se constituiu em Portugal desde os idos de sua formação. Durante séculos, o Estado patrimonial português e sua burocracia estamental mantiveram o controle supremo de toda a

dinâmica colonial, não só do ponto de vista político-administrativo e militar, mas também do ponto de vista cultural, econômico e até mesmo religioso. Mesmo o controle das oligarquias estaduais no período de 1889 a 1930 não teria representado mudanças tão substanciais, já que, com a queda da monarquia, teria prevalecido um tipo de relação autoritária entre as elites políticas (estaduais e locais) e suas bases, marcado por obediência pessoal e por extrema porosidade entre os domínios públicos e os âmbitos privados dos líderes mais proeminentes. A Revolução de 1930 representaria o fim do Estado de tipo patrimonial e a implementação do modelo burocrático de estilo weberiano em todo o serviço público brasileiro.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## FINANÇAS PÚBLICAS

41 - Com relação à função do Estado moderno, não é correto afirmar que:

- a) existem bens públicos.
- b) a falha de competição se reflete na existência de monopólios naturais.
- c) os mercados são completos.
- d) ocorrem externalidades.
- e) temos falhas de informação.

42- Identifique a opção incorreta sob o ponto de vista das funções clássicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora.

- a) A função alocativa tem a característica de não excluir ninguém e nem de concorrer com os bens privados.
- b) A função distributiva visa determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados.
- c) A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, à estabilidade dos preços e à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico.
- d) O processo político surge como substituto do mecanismo do sistema de mercado no caso das funções clássicas do Estado.
- e) Existe também a provisão por parte do setor público dos chamados bens "semipúblicos" ou "meritórios", que constituem um caso intermediário entre os bens privados e os bens públicos.

43- Com relação a financiamento dos gastos públicos, tributação e equidade, não é correto afirmar que:

- a) o conceito de equidade mostra que a distribuição do ônus tributário deve ser equitativa entre os diversos indivíduos de uma sociedade.
- b) o conceito de progressividade mostra que se deve tributar mais quem tem uma renda mais alta.
- c) o conceito de neutralidade mostra que os impostos devem ser tais que minimizem os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica.
- d) o conceito da simplicidade mostra que o sistema tributário deve ser de fácil compreensão para o contribuinte e de fácil arrecadação para o governo.
- e) o princípio do benefício mostra que cada indivíduo não deveria contribuir com uma quantia proporcional aos benefícios gerados pelo consumo do bem público.

44- Em regimes federativos cabe à União envidar esforços para reduzir as disparidades regionais de desenvolvimento. São instrumentos fiscais para desempenhar esse papel todas opções abaixo, exceto:

- a) Fundo Constitucional do Norte (FNO).
- b) Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- c) Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).
- d) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- e) Fundo Constitucional dos Municípios (FPM).

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

45- Renúncia de Receita é a decisão de não arrecadar receita em função da concessão de isenções, anistias ou subsídios. Assinale a opção incorreta a respeito da renúncia de receita.

- a) A Lei Complementar n. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, admite tratamento diferenciado para a redução das alíquotas da importação de produtos estrangeiros, da importação de exportação, de renda, de imposto sobre produtos industrializados, e operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- b) A LRF, em seu artigo 14, trata especialmente da renúncia de receita, estabelecendo medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.
- c) Qualquer concessão de renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois anos seguintes.
- d) Demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais, da LDO.
- e) Estar acompanhada de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar suas vigências e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

## DIREITO TRIBUTÁRIO

46- Sobre a competência tributária no vigente sistema constitucional tributário nacional, é correto afirmar que:

- a) a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados, nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e nas leis complementares nacionais de normas gerais em matéria de legislação tributária.
- b) a competência tributária referida à instituição legislativa de tributos é indelegável.
- c) a indelegabilidade da competência tributária referida à instituição legislativa de tributos não impede a atribuição pela pessoa jurídica de direito público competente a outra da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- d) a atribuição pela pessoa jurídica de direito público competente a outra da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos compreende a igual atribuição das correspondentes garantias e privilégios processuais.
- e) o sistemático não-exercício da competência tributária pela pessoa jurídica de direito público competente defere a correspondente competência às outras pessoas jurídicas de direito público.

47- Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é incorreto afirmar que:

- a) no vigente sistema tributário nacional, as limitações constitucionais ao poder de tributar estão configuradas como princípios constitucionais tributários, imunidades tributárias e normas reguladoras do exercício da competência tributária.
- b) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos por uma pessoa jurídica de direito público sobre o patrimônio, renda ou serviços de outras pessoas jurídicas de direito público.
- c) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais dos templos de qualquer culto.
- d) a imunidade tributária concernente ao impedimento à instituição de impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros compreende a etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- e) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades sindicais, mas somente daquelas relacionadas aos trabalhadores.

48- Sobre os princípios constitucionais tributários, é correto afirmar que:

- a) o princípio constitucional da legalidade tributária exige necessariamente lei em sentido estrito/formal tanto para a instituição quanto para a majoração de tributo.
- b) o princípio constitucional da igualdade tributária exige idêntico tratamento tributário para contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitindo-se porém tratamento diferenciado em razão da ocupação profissional destes mesmos contribuintes.
- c) o princípio constitucional da irretroatividade das normas que instituem ou majorem tributos relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da legislação correspondente não impede a aplicação retroativa de leis que instituem novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ou que ampliem os poderes de investigação das autoridades administrativas.
- d) o princípio constitucional da anterioridade tributária geral não se aplica nem ao imposto sobre produtos industrializados e nem ao imposto sobre a propriedade territorial rural.
- e) o princípio constitucional tributário da liberdade de tráfego de pessoas ou bens apenas obsta a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas por empresas privadas concessionárias de serviço público outorgado pelo Distrito Federal.

49- Sobre a legalidade em matéria tributária, é incorreto afirmar que:

- a) apesar das disposições contidas sobre a matéria no Código Tributário Nacional, a essência da configuração sobre as matérias tributárias que dependem de veiculação de lei em sentido estrito/formal, ao menos desde a Constituição Federal de 1988, encontra-se disposta ou é diretamente decorrente do próprio texto constitucional.
- b) os tratados, acordos e convenções internacionais sobre matéria tributária dos quais o Brasil participe, uma vez regularmente internalizados no direito brasileiro e quando não digam respeito a direitos humanos, possuem hierarquia normativa equivalente à de lei ordinária federal.
- c) a regular observância pelo sujeito passivo das normas integrantes da legislação tributária exclui a imposição contra ele de penalidades relacionadas à obrigação principal acaso inadimplida, salvo se as normas em questão forem posteriormente declaradas inconstitucionais pelo STF.
- d) necessariamente depende de previsão em lei em sentido estrito/formal a cominação de penalidade para infrações da legislação tributária.
- e) necessariamente depende de previsão em lei em sentido estrito/formal a definição do fato gerador da obrigação tributária principal.

50- Sobre os tributos de competência da União, é correto afirmar que

- a) compete à União instituir imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza das autarquias e fundações públicas estaduais.
- b) compete exclusivamente à União instituir contribuições de natureza tributária.
- c) compete à União instituir legislativamente contribuições de interesse de categorias econômicas, inclusive a contribuição sindical.
- d) compete exclusivamente à União instituir contribuição de melhoria relativamente a obras públicas levadas a efeito por autarquia municipal com o emprego de recursos públicos federais a ela descentralizadas para o desenvolvimento dos respectivos projetos de engenharia e arquitetura.
- e) compete exclusivamente à União, mediante a edição de legislação complementar, exercer competência tributária residual instituindo taxas não previstas no texto constitucional.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

## TI - 1 GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

- 51- Em relação à Modelagem de Processos de Negócios, é correto afirmar que:
- a reunião JAD (*Joint Application Development*), na qual representantes dos envolvidos com o processo se reúnem em um mesmo local para a sua documentação, não é adequada na técnica de mapeamento de processos “As Is”.
  - uma das técnicas de mapeamento de processos “To Be” bastante utilizada é a de Observação, na qual o documentador se coloca ao lado de quem executa as atividades.
  - na modelagem de processos em UML (*Unified Modeling Language*), os Diagramas Estruturais são utilizados para detalhar o funcionamento de partes de um processo de negócio.
  - na notação BPMN (*Business Process Model and Notation*), um processo de negócio é representado por meio do encadeamento de eventos e atividades, ligados por conectores que demonstram a sequência em que os mesmos são realizados.
  - os indicadores de eficiência do processo devem relacionar as entregas do processo com as reais necessidades dos clientes.
- 52- Em relação às atividades relacionadas à produção e à gerência de requisitos, é correto afirmar que:
- um dos aspectos que facilita o levantamento de requisitos é que os usuários, em sua maioria, expressam apropriadamente suas necessidades, pois conhecem bem o campo de aplicação do produto a ser desenvolvido.
  - na atividade de levantamento de requisitos é que se examina a especificação do software, de forma a assegurar que todos os requisitos foram definidos sem ambiguidades, inconsistências ou omissões, detectando e corrigindo possíveis problemas ainda durante a fase de definição dos requisitos.
  - o principal objetivo da gerência de requisitos é garantir que mudanças externas no ambiente não impliquem na necessidade de alterar os requisitos que já foram validados.
  - de acordo com a Norma IEEE 830-1998, um requisito é consistente se, e somente se, contiver toda e apenas a informação necessária para que o software correspondente seja produzido.
  - uma das técnicas de validação de requisitos é a utilização de listas de verificação (*checklists*).
- 53- O processo de desenvolvimento de software com a utilização do modelo incremental apresenta vantagens e desvantagens. Entre as vantagens, é correto afirmar que neste modelo
- o gerenciamento dos custos é mais simples, uma vez que fica diluído nas diversas iterações.
  - as entregas parciais facilitam a identificação e a correção de erros entre os componentes do software.
  - o número de iterações pode ser definido no início do processo.
  - o gerenciamento e a manutenção do sistema completo são simplificados.
  - o fim do processo pode ser previamente definido.
- 54- O padrão ISO 9126 foi desenvolvido com o objetivo de identificar os atributos fundamentais de qualidade de software. Em relação a esses atributos, é correto afirmar que:
- manutenabilidade é a facilidade com a qual o software pode ser transposto de um ambiente a outro conforme indicado pelos subatributos de adaptabilidade e facilidade de instalação.
  - funcionalidade corresponde ao grau de facilidade de utilização do software conforme indicado pelos subatributos inteligibilidade, operacionalidade e atratividade.
  - eficiência corresponde ao grau com que o software satisfaz as necessidades declaradas conforme indicado pelos subatributos adequação, acurácia, conformidade e segurança.
  - confiabilidade corresponde à quantidade de tempo que o software fica disponível para uso conforme indicado pelos subatributos maturidade, tolerância a falhas e recuperabilidade.
  - portabilidade corresponde ao grau de otimização do uso, pelo software, dos recursos do sistema conforme indicado pelos subatributos analisabilidade, estabilidade e testabilidade.
- 55- O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG sugere a realização das seguintes atividades para a avaliação de acessibilidade de um sítio:
- Validar os códigos do conteúdo HTML e das folhas de estilo.
  - Realizar testes com usuários reais.
  - Realizar validação manual.
  - Realizar validação automática.
  - Verificar o fluxo de leitura da página.
- A sequência sugerida no e-MAG para realização desses passos é
- I, II, III, IV, V
  - I, V, IV, III, II
  - I, IV, V, III, II
  - I, III, IV, II, V
  - I, II, IV, III, V

56- O modelo MVC (*Model-View-Controller*) tem por objetivo separar dados ou lógica de negócios (*Model*) da interface do usuário (*View*) e do fluxo da aplicação (*Control*). Este modelo apresenta vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens é que

- a) uma vez que o modelo MVC gerencia múltiplos visualizadores usando múltiplos modelos, torna-se mais difícil manter, testar e atualizar sistemas múltiplos.
- b) as alterações na camada de visualização podem afetar as regras de negócios já implementadas na camada de modelo.
- c) dificulta a escalabilidade da aplicação.
- d) não permite desenvolvimento em paralelo para o modelo, visualizador e controle, pois são dependentes.
- e) requer um tempo maior para analisar e modelar o sistema.

57- Em relação a linguagens e ferramentas de desenvolvimento de sistemas Web, é correto afirmar que:

- a) o CSS3 é parte integrante da especificação do HTML5.
- b) o HTML5 oferece suporte nativo para a reprodução de áudio e vídeo sem a necessidade de utilizar mecanismos externos.
- c) Javascript é uma linguagem de programação orientada a objetos cujo código deve ser compilado.
- d) JSON (*Javascript Object Notation*), derivada da SGML (*Standard Generalized Markup Language*), é capaz de descrever diversos tipos de dados e tem como propósito principal a facilidade de compartilhamento de informações através da internet.
- e) o desempenho do JSON é muito superior ao do XML em plataformas móveis. Apesar de o JSON apresentar um custo de desenvolvimento mais alto, o seu consumo de recursos é bem inferior ao do XML.

58- Os Sistemas de Bancos de Dados Distribuídos (SBDD) apresentam vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens é

- a) a redução da confiabilidade.
- b) a redução da disponibilidade.
- c) a redução da escalabilidade.
- d) o aumento do *overhead* de processamento.
- e) o compartilhamento de dados e o controle distribuído.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

59- Em relação a Big Data e NoSQL, é correto afirmar que

- a) os “3 Vs” principais do Big Data referem-se a Volume, Velocidade e Versatilidade de dados.
- b) na era do Big Data, as únicas estratégias eficientes para garantir a privacidade são consentimento individual, opção de exclusão e anonimização.
- c) o Hadoop, o mais conhecido e popular sistema para gestão de Big Data, foi criado pela IBM, a partir de sua ferramenta de Data Mining WEKA.
- d) o NoSQL é um sistema relacional, distribuído, em larga escala, muito eficaz na organização e análise de grande quantidade de dados.
- e) o Cassandra é um sistema de banco de dados baseado na abordagem NoSQL, originalmente criado pelo Facebook, no qual os dados são identificados por meio de uma chave.

60- No contexto de Web Semântica, a construção de ontologias deve obedecer alguns critérios básicos. O critério referente à *objetividade da definição, que afirma que esta deve ser independente do contexto onde se gere a ontologia, isto é, deve ser independente do contexto social ou computacional*, é denominado

- a) Clareza.
- b) Coerência.
- c) Compromisso ontológico.
- d) Extensibilidade.
- e) Legibilidade.

61- Entre os propósitos da modelagem de processos, um dos objetivos é:

- a) fornecer uma perspectiva simplificada da estrutura no negócio, como um fim para atingir o meio, permitindo comunicar, documentar e entender as atividades da organização.
- b) fornecer uma visão do negócio da organização, de forma que se possa compreender o negócio a partir de uma concretização da realidade.
- c) racionalizar e assegurar o fluxo de informações.
- d) representar ou entender como a organização pode vir a funcionar.
- e) simular o comportamento integral da organização.

62- A maior dificuldade na construção de um software é decidir precisamente o que construir. Em geral, nenhuma outra parte do trabalho conceitual é mais difícil quanto estabelecer detalhadamente os requisitos técnicos. Entre as 5 principais dificuldades relatadas na literatura da área de engenharia de requisitos não se inclui

- a) ambiguidade e falta de clareza.
- b) cultura homogênea da organização.
- c) dificuldades de comunicação.
- d) identificação de *stakeholders*.
- e) rastreamento de requisitos.

- 63- As principais técnicas de elicitación de requisitos podem ser classificadas em quatro categorias: tradicionais, colaborativas, cognitivas e abordagens contextuais. Na categoria colaborativa encontram-se:
- análise de tarefas, análise de protocolos e reuniões.
  - entrevistas, *brainstorms* e reuniões tecnosociais.
  - entrevistas, pesquisas e questionários, reuniões e cenários.
  - etnografia, análise de discursos e métodos tecnosociais.
  - grupo focal, *brainstorms* e prototipação.
- 64- O SCRUM é um modelo de desenvolvimento ágil de software que fornece métodos para se definir o planejamento, os principais papéis de pessoas e a forma de trabalho da equipe. Em relação ao SCRUM, é correto afirmar que:
- o *Product Backlog* é composto por uma lista de funcionalidades desenvolvida em conjunto com o cliente, que é organizada por prioridade de entrega.
  - o Proprietário do Produto representa os interesses da equipe, fazendo a interface entre o cliente e o time de desenvolvedores.
  - o *Sprint Backlog* é um gráfico que mostra a quantidade de trabalho cumulativo restante de um *Sprint*, dia por dia.
  - os três componentes principais do modelo são: papéis, reuniões de planejamento e artefatos.
  - uma das atribuições do *ScrumMaster* é assegurar que a equipe de desenvolvimento funcione plenamente, independente da produtividade.
- 65- O *Domain-Driven Design* – DDD utiliza o conceito de divisão do sistema em camadas. As camadas desse modelo são:
- aplicação, apresentação, sessão, transporte, rede, enlace e física.
  - de apresentação, de negócio e de dados.
  - do modelo, da visualização e de controle.
  - domínio de usuário, domínio de negócio e domínio de dados.
  - interface com usuário, aplicação, domínio e infraestrutura.
- 66- Diferentes modelos foram criados para representar o ciclo de vida de software. O modelo cascata, documentado no padrão PSS-05-0 da ESA *Software Engineering Standards*, pode ser dividido de três formas: cascata pura, incremental e evolucionária. A abordagem incremental é recomendada quando
- a duração do projeto é pequena.
  - algumas partes da implementação podem depender da existência de tecnologia ainda não disponível.
  - é necessária alguma experiência do usuário para refinar e completar requisitos.
  - é requerido antecipadamente evidências de que o produto será aceito.
  - existe um conjunto de requisitos do usuário estáveis e de alta qualidade.
- 67- No contexto de análise e programação orientada a objetos, é incorreto afirmar que:
- a maneira de se obter ou alterar o estado de um objeto é pelo envio de mensagens.
  - as mensagens resultam na ativação de métodos.
  - o emissor da mensagem precisa saber como o objeto receptor organiza o seu estado interno.
  - os objetos trocam mensagens entre si.
  - os objetos, quando compartilham uma única interface, são agrupados em classes.
- 68- A NESMA – *Netherlands Software Metrics Association* reconhece três tipos de contagem de pontos de função (PF): detalhada, estimada e indicativa. Os parâmetros para contagem de pontos de função não ajustados são funções dos tipos: Arquivo Lógico Interno (ALI); Arquivo de Interface Externa (AIE); Entradas Externas (EE); Saídas Externas (SE); Consultas Externas (CE). Em relação a esses métodos, é correto afirmar que:
- na contagem detalhada toda função do tipo ALI e AIE tem sua complexidade funcional avaliada como alta.
  - na contagem detalhada toda função transacional EE, SE, CE é avaliada como de complexidade funcional baixa.
  - na contagem estimada toda função do tipo ALI e AIE tem sua complexidade funcional avaliada como média.
  - na contagem estimada toda função transacional EE, SE, CE é avaliada como de complexidade funcional baixa.
  - na contagem indicativa determina-se a quantidade das funções do tipo dado (ALIs e AIEs). O total de pontos de função não ajustados é obtido contando 35 PFs para cada ALI identificado e 15 PFs para cada AIE identificado.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

69- As folhas de estilo em cascata (*Cascading Style Sheets* – CSS) facilitam muito o trabalho quando se deseja garantir uma formatação homogênea e uniforme em todas as páginas de um site. Quando há mais de um estilo especificado para um elemento HTML, o navegador tem que decidir o que aplicar primeiro. Essa escolha é feita pela ordem de precedência na forma de aplicar as folhas de estilos abaixo relacionadas:

- I. Estilo padrão (default) do navegador.
- II. Estilo *inline* (dentro de um elemento HTML).
- III. Folha de estilo Externa (importada e ligada).
- IV. Folha de estilo Incorporada (definida na tag <head> do documento).

A sequência correta de precedência, começando com a de prioridade mais elevada e terminando com a de menor prioridade é:

- a) I, II, III, IV.
- b) I, IV, II, III.
- c) I, III, II, IV.
- d) II, IV, III, I.
- e) III, II, IV, I.

70- Segundo Jakob Nielsen, um pesquisador reconhecido e precursor na área de usabilidade, a engenharia de usabilidade visa ao desenvolvimento de interfaces com determinados atributos. Em relação a esses atributos, é correto afirmar que:

- a) produtividade na realização de atividades está relacionada diretamente com o desempenho do aplicativo de software.
- b) facilidade de aprendizado significa que deve ser fácil para o usuário aprender os conteúdos ensinados no aplicativo de software.
- c) retenção do aprendizado com uso intermitente significa que o software deve permitir que o usuário consiga lembrar os conteúdos ensinados mesmo quando fica sem usá-lo por um período relativamente longo de tempo.
- d) prevenção de erros do usuário significa que o sistema deve prevenir erros cometidos pelo usuário quando o utiliza em suas atividades.
- e) todos os atributos devem ter o mesmo peso e relevância, independente do tipo de sistema.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).**

71- A arquitetura ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral. Os componentes do ePING são:

- a) dimensão técnica, dimensão semântica e dimensão organizacional.
- b) governança, papéis e responsabilidades e descrição das atividades.
- c) qualidade de uso, desenho, arquitetura de informação e navegação.
- d) software livre, transparência, suporte de mercado, padrões abertos e acessibilidade.
- e) interconexão, segurança, meios de acesso, organização e intercâmbio de informações e áreas de integração para governo eletrônico.

72- Vários recursos foram modificados e/ou adicionados ao Java EE 6. Entre essas novidades encontram-se Servlet 3, JSF 2 (*JavaServer Faces*), JPA 2 (*Java Persistence API*) e CDI (*Contexts and Dependency*) e o EJB 3.1 (*Enterprise JavaBeans*). Em relação a esses recursos, é correto afirmar que o

- a) CDI agora permite a implementação da arquitetura REST em Web Services, que usa os comandos simples HTTP como: GET, PUT, DELETE para lidar com recursos na Internet.
- b) EJB 3.1 incorporou o EJB Lite, com suporte a modelos de dados avançados nas demandas ao servidor de aplicações.
- c) JPA 2 incorporou uma coleção de serviços que, entre outras coisas, tem um ciclo de vida para objetos plugados em contextos e injeção de dependências.
- d) JSF 2 traz uma nova tecnologia para *templates* de páginas, o *Facelets* nativo.
- e) Servlet 3 incorporou o suporte nativo às chamadas síncronas.

73- O SDL (*Security Development Lifecycle*), processo de desenvolvimento de software com segurança proposto pela Microsoft, segue, em geral, um fluxo composto pelas fases de treinamento, requisitos, design, implementação, verificação, lançamento e resposta. Na fase de implementação são recomendados os seguintes elementos do SDL, exceto:

- a) realizar revisões de código.
- b) aplicar padrões de codificação e teste.
- c) aplicar ferramentas de verificação de código de análise estática.
- d) aplicar ferramentas de verificação de código de análise dinâmica.
- e) aplicar ferramentas de testes de segurança, incluindo ferramentas de difusão.

74- Entre as melhores práticas da Integração Contínua citadas por Martin Fowler, no seu famoso artigo "Continuous Integration", não se encontra

- a) automatize o processo de *Build*.
- b) cada modificação salva deve gerar um *Build* automaticamente.
- c) execute os testes finais no ambiente de produção.
- d) garanta que o *Build* seja rápido.
- e) mantenha um repositório de fontes unificado.

75- Existem algumas técnicas para se avaliar o desempenho de uma aplicação Web. Os três principais tipos de testes são: teste de carga, teste de stress e teste de performance. Em relação ao teste de carga, é correto afirmar que:

- a) além de uma grande carga disparada contra a aplicação, alguns cenários de crash da aplicação são testados, com o objetivo também de determinar a capacidade de recuperação e estabilidade do sistema.
- b) é o mais genérico dos testes e é usado para referenciar qualquer tipo de avaliação que esteja sendo feito em uma aplicação ou ambiente.
- c) não é adequado para avaliar *throughput* e requisitos de balanceamento de carga.
- d) tem como objetivo principal encontrar o limite de capacidade da aplicação e identificar qual o limitante.
- e) tem como um de seus objetivos encontrar problemas funcionais na aplicação.

76- O Hibernate é um *framework* para o mapeamento objeto-relacional. Em relação ao Hibernate, é incorreto afirmar que:

- a) o seu objetivo é diminuir a complexidade entre os programas Java que precisam trabalhar com um banco de dados do modelo relacional, em especial, no desenvolvimento de consulta e atualização de dados.
- b) pode ser utilizado em aplicações *Java standalone* ou em aplicações *Java EE*, utilizando *Servlet* ou sessões *Enterprise Java Beans*.
- c) possibilita desenvolver classes consistentes usando Java convencional.
- d) se trata de um software livre de código aberto distribuído com a licença LGPL (GNU Lesser General Public License).
- e) sua principal característica é a transformação das classes em Java para tabelas de dados (e dos tipos de dados Java para os da SQL).

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).**

77- Em relação aos conceitos de bancos de dados relacionais, é correto afirmar que:

- a) a independência física de dados é a habilidade de se modificar o esquema físico sem a necessidade de reescrever as aplicações.
- b) no modelo lógico baseado em objetos, o banco de dados é estruturado em registros de formato fixo e tipos definidos.
- c) o dicionário de dados armazena metadados sobre a estrutura do banco de dados.
- d) o nível de abstração conceitual descreve como os dados estão realmente armazenados, detalhando as complexas estruturas de dados de baixo nível.
- e) os quatro níveis de abstração são: nível físico, nível conceitual, nível de visões e nível de usuário.

78- Em relação à *Data Warehouse*, é correto afirmar que:

- a) a *data staging* área é o local em que os dados ficam organizados, armazenados e tornam-se disponíveis para serem consultados diretamente pelo usuário.
- b) é basicamente uma cópia do sistema transacional existente na empresa.
- c) é um produto e pode ser comprado como um software de banco de dados.
- d) os dados criados dentro de um ambiente de *Data Warehouse* são integrados.
- e) pode ser aprendido ou codificado como uma linguagem.

79- Todas as funcionalidades relacionadas nas opções a seguir são bastante relevantes e desejáveis em sistemas EIS (*Enterprise Information Systems*), exceto:

- a) apresentam informações gráficas, tabulares e textuais.
- b) extraem, filtram e consolidam dados críticos.
- c) integram um largo intervalo de dados internos e externos.
- d) permitem acesso *online*, análise de tendências, relatórios de exceção e *drill down*.
- e) são utilizados pelos gerentes para proverem informações aos executivos.

80- Em relação à Programação Orientada a Objetos é incorreto afirmar que:

- a) o polimorfismo oculta do usuário os detalhes da implementação de um objeto.
- b) os métodos especificam a maneira pela qual os dados de um objeto são manipulados.
- c) os objetos possuem informações e desempenham ações.
- d) se baseia em 4 pilares: abstração, encapsulamento, herança e polimorfismo.
- e) uma classe especifica uma estrutura de dados e os métodos operacionais permissíveis que se aplicam a cada um de seus objetos.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*



Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)